

Itamaraty com uma maior participação na negociação

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

A próxima etapa da renegociação da dívida externa brasileira foi um dos principais pontos de exame, ontem, em uma longa reunião entre os ministros da Fazenda, Ernane Galvães, e Saraiva Guerreiro, das Relações Exteriores. Também participaram o diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Maia deira Serrano, e o chefe da Assessoria Internacional da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha.

Um categorizado assessor da Fazenda disse que o Itamaraty, embora tardivamente, terá uma participação mais ativa nos entendimentos da próxima renegociação, marcada para "um dia qualquer de outubro". Na prática, o Itamaraty vai cuidar da parte política da negociação e Delfim e Galvães vão debater a parte mais técnica.

Foi tratada também, ontem, a presença brasileira em Buenos Aires, no próximo mês, na reunião dos países devedores da América Latina. Como ficou acertado no "consenso de Cartagena", os ministros de Fazenda e de Relações Exteriores das

nações endividadas do Continente devem-se reunir no começo do próximo mês, na capital argentina, para avaliar a conjuntura internacional e estabelecer parâmetros de entendimento.

De 15 a 17 de setembro, o Brasil promove, no Rio de Janeiro, uma reunião de nível internacional, à qual estarão presentes figuras como Arthur Dunkel, diretor-geral do Gatt, e provavelmente o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, para tratar do comércio multilateral. Já foram convidados ministros de Fazenda e do Comércio Exterior de vários países. O assessor da Casa Branca para assuntos econômicos, William Brock, representará os Estados Unidos.

Alto assessor da Fazenda comentou ontem que as afirmações do ministro Ernane Galvães, de que o Brasil conseguirá dez anos de prazo para pagar os débitos que são incluídos na próxima renegociação, não devem ser tomados ao pé da letra. Na verdade, disse ele, o ministro tentou esclarecer que dez anos é o mínimo que o Brasil obterá. Se o México obtiver 12 anos, esse será também o prazo a ser obtido pelo Brasil.

9,3%, limite para empréstimos

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

O Banco Central estabeleceu, para este mês, o teto de 9,3% (1% abaixo da correção monetária e cambial) para a expansão dos empréstimos bancários ao setor público. No bimestre julho/agosto, as instituições financeiras e as sociedades de arrendamento mercantil não poderão registrar crescimento em suas operações com o setor público superior a 18%.

A circular nº 872 do Banco Central permite que as instituições financeiras e as sociedades arrendadoras compensem, no bimestre, eventuais folgas em relação ao teto de 17,3% que vigorou entre maio de 1983 e junho último, até por força da exclusão do controle quantitativo dos empréstimos em moeda estrangeira, dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) e do Banco Nacional da Habitação.



Arquivo

'10 anos é o prazo mínimo'



Arquivo

Chanceler vai à Argentina